

A ANTIGUIDADE COMO OBJETO POLÍTICO-CULTURAL

RENATA CARDOSO BELLEBONI-RODRIGUES¹

Resumo

O mundo antigo desde há muito atrai os olhares dos estudiosos das mais variadas áreas das Ciências Humanas. Ora foi tomado para análise com objetivos acadêmicos ora para auxiliar os Estados na construção de suas identidades e tradições. Tais usos desse passado Greco-romano (e mesmo oriental) tanto nos auxiliaram a compreender os contextos próprios dessas culturas como, igualmente, nos evidenciaram caminhos tortuosos pelos quais percorreram alguns autores quando da dissimulação e deturpação de uma possível realidade. Tais discursos produzidos sobre esse passado estão sendo retomados e analisados no interior da Nova História Cultural. O presente texto tem, pois, como objetivo, apresentar algumas percepções que foram produzidas sobre a Antiguidade no século XIX e evidenciar a necessidade de análises bibliográficas que considerem os contextos nos quais esses textos foram elaborados.

Usos do passado antigo. Esta expressão nos leva a uma série de reflexões. Podemos dar início a algumas delas pensando no uso que foi feito das fontes textuais e materiais de um passado distante para se escrever uma história, muitas vezes apresentada como a única versão possível sobre um determinado fato. Ou então, tentando computar quantas fontes de cultura material foram descartadas, anuladas e mesmo nem consideradas por aqueles que impunham a necessidade da fonte histórica ser escrita para que se pudesse ‘mostrar as coisas tal como, realmente, aconteceram’ (RANKE). E nos atentando para esta tradição historiográfica que considerava como documento histórico apenas os textos escritos, ainda averiguar que seus registros se referiam, particularmente, à história política *strictu sensu*. Desse modo, fechando-se sobre os acontecimentos políticos da elite e naqueles raros escritores considerados

¹ Doutora em História Cultural pela Unicamp, professora adjunta da Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista e do Centro Universitário Claretiano.

clássicos, excluía-se a maior parte da história dos debates historiográficos. Ainda podemos nos debruçar sobre a discussão acerca da imposição de se conseguir, para a História, o *status* de ciência à custa de análises objetivas, precisas e nada interpretativas das fontes tomadas para estudo.

Usos do passado antigo. Esta expressão nos leva a mais uma sucessão de ponderações. Podemos nos questionar ainda sobre como a Antiguidade grega fez uso de sua própria antiguidade, de como se apropriavam dos discursos de tradição oral para convencer o cidadão a entrar numa guerra contra outro heleno, por exemplo. Podemos refletir sobre como a cultura cristã se utilizou dos textos mitológicos para, por um lado, execrá-los e, por outro, para mostrar a superioridade dos textos cristãos, ou mesmo como fizeram uso dos formatos destes textos e outros filosóficos para revelar sua própria história. Ainda podemos conjecturar sobre como os Renascentistas, os Românticos e mesmo os autores que contribuía com a construção da história de um Estado-Nação buscavam num passado clássico as raízes de suas glórias. Desse modo, a apropriação que foi feita dos documentos primeiros e mesmo dos discursos produzidos sobre o passado é um ponto caro nas discussões historiográficas. Foucault e Chartier, cada um ao seu modo, debruçaram-se sobre esse tema. Nesse sentido, estamos de acordo com Glaydson Silva quando diz: “...o saber sobre o passado, sua escrita e suas leituras são poderes e geram poderes”. (SILVA, 2007, p. 98).

Mas a história e a historiografia mudaram desde as ideias positivistas. Deram passos largos para que fossem reconhecidas as novas fontes, as novas abordagens e os novos temas. A História permaneceu sendo o conhecimento por meio dos documentos, mas, inegavelmente, foram outorgadas e admitidas novas significações a ambos os conceitos: aquele de História e este de documento. Assim, Funari afirmou: “De fato não se deve confundir passado e relato do passado, acontecimentos objetivos intangíveis e a narrativa histórica.” (2003, p.17)

Redefinidos os conceitos não se objetiva mais descrever o passado tal qual teria ocorrido. Semelhante tarefa passou a ser vista como uma espécie de Leito de Procusto, pois, se temos fragmentos do passado, não podemos tê-lo por completo a não ser que esticássemos dali e daqui para chegarmos a um tamanho adequado. Ou, então, se necessário fosse, cortássemos um pouquinho daqui ou dali para deixar tudo muito objetivo. Mas como diria Goethe ‘toda ação é, imediatamente, teoria’ (*apud* FUNARI,

1996, p.49). Em outras palavras, todos os atos, inclusive relatos, são resultados de modelos de interpretação. A evidência, enquanto aquilo que é visível, não se confunde com a realidade. A subjetividade é subjacente a toda compreensão histórica. A este respeito escreveu Georges Duby: “estou convencido da inevitável subjetividade do discurso histórico... a História é, no fundo, o sonho de um historiador – e este sonho é grandemente condicionado pelo meio no qual se insere este historiador” (1980, p.41). Mas ainda há outro obstáculo, pois, cada historiador observa a história desde sua própria perspectiva e o ponto de vista do historiador não é constante, explicou Collinwood. (1994). Uma das muitas justificativas para este fato é que as interpretações são historicamente determinadas. Said disse: “A maioria dos estudiosos das humanidades parece perfeitamente satisfeita,..., com a noção de que os textos existem em contextos...”. (2007, p.41)

Usos do passado. A historiografia nos apresenta diversas recepções que este passado teve no interior de algumas escolas e grupos políticos na modernidade e na época contemporânea, recepções estas que não só alteraram o passado como também o transformou em força justificadora de atos injustificáveis.

Para aprofundarmos, agora de forma mais direta, nossas discussões acerca da temática proposta pelo simpósio, é importante citar as contribuições de Martin Bernal que assevera que o mundo antigo exerceu um papel respeitável na definição da política moderna, visto que a sua retomada auxiliou a legitimar governos, reivindicar heranças culturais e definir identidades nacionais (cf. SILVA, 2007). Corroborando com essa assertiva, Hobsbawn tem a nos falar: “Já se disse que toda história é História contemporânea disfarçada.” (1998, p.243).

Exemplos de estudos sobre esta temática, nos cenários internacional e nacional, têm crescido consideravelmente nos últimos anos. Livros e artigos vêm sendo publicados com o objetivo de contribuir para o debate em torno da ideia de que “cada época constrói, mentalmente, sua própria representação do passado, sua própria Roma e sua própria Atenas”. (DUBY, 1980, p.44). Estes mesmos livros e artigos não vêm essa posição apenas como a produção de discursos diferentes sobre a Antiguidade, mas, essencialmente, questionam como e com quais intuítos esses discursos foram produzidos. O grande problema está em averiguar que o passado foi, por inúmeras

vezes, usado de forma que sua história fosse, por vezes, transformada. Contra esses grupos, uma história refletida. Louraux afirmou:

Em nosso presente, para os historiadores, isso significa também combater, cada um em sua área, tudo o que provém do erro e da falsificação. Fazer história: essa é, sem dúvida, a melhor resposta aos falsos historiadores que só fingem se interessar por ela para desqualificar seus métodos e até mesmo sua noção. Em suma, agir no campo do pensamento, para lembrar o direito imprescritível do que existiu, antes de tudo, compreendido em seu tempo. Com a esperança de que o leitor deduza por si mesmo que aqueles que falseiam os dados antigos são os mesmos que, em geral, se dedicam à falsificação da história do tempo presente”. (1993, p.33)

Três exemplos concretos de estudos produzidos acerca dos usos políticos da antiguidade ou da historiografia produzida sobre ela ou temas parentes podem ser brevemente citados aqui. Iniciamos com as considerações de François Hartog em seu livro *O Espelho de Heródoto* (1980) quando nos lembra que nos séculos XIX e XX a Antiguidade foi retomada com fins nacionalistas. Preocupados em se definir perante os primitivos ou selvagens, os europeus buscaram uma ascendência étnica (grega ou romana) para justificarem sua superioridade e seus direitos de posse (perante as colônias). Com base em leituras com fins político-ideológicos, retomaram os povos antigos buscando estabelecer traços de parentescos com eles. Como escreveu Hartog, “sem grego não há bárbaro”. (1980, p.329). O uso da idéia de permanência, de ancestralidade, de continuidade em relação a um passado com o escopo de fabricar identidades. Aqui vemos todo sentido no que Hobsbawm quis dizer com *invenção das tradições*.

Um segundo trabalho sobre a temática diz respeito ao artigo escrito por Raquel STOIANI e Renata Senna GARRAFONI na *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n.6 – UNICAMP. Neste artigo, as autoras discutem o uso que o governo de Napoleão Bonaparte fez dos sítios arqueológicos (e inovações tecnológicas) na busca pela (re)definição da identidade francesa. Segundo as autoras, uma das intenções de Napoleão era a de “legitimar-se politicamente e estruturar simbolicamente seu poder” (STOIANI e GARRAFONI, 2006, p.70), como também, de criar um imperialismo cultural. Algumas campanhas financiadas por seu governo ajudaram em seu êxito nesta empreitada: a campanha do Egito (entre 1798-1801) e as escavações de Pompéia e Herculano. O que vemos após essas escavações é que símbolos do poder romanos foram tomados como símbolos do poder Frances: arco do triunfo, noção de império e adoção

do chamado “Estilo Império” (STOIANI e GARRAFONI, 2006, p.71) Assim, obras inspiradas em acontecimentos da antiguidade, usadas como recursos didáticos, procuravam estabelecer uma linha de continuidade imaginária com o passado, sugerindo exemplos de civismo, moral, lealdade e sacrifícios a serem seguidos pelos franceses.

De forma clara Stoiani e Garrafoli dissertam:

A virada do século XVIII para o XIX foi um momento fundamental para a estruturação da Arqueologia francesa, que então nascia. Sua concepção está inserida em um novo contexto social pautado, como destaca Olivier, na filosofia das Luzes e na invenção da nação, concebida como uma coletividade com origens históricas comuns... Neste sentido, gregos, romanos, celtas, egípcios são recolocados no cotidiano francês, seus principais símbolos revisitados, produzindo imagens específicas e muitas vezes homogêneas do passado desses povos, buscando definir a identidade nacional francesa e justificar seu domínio perante outros povos. Os usos políticos do passado antigo contribuíram para a demarcação das diferenças e o estabelecimento de identidades: NÓS (franceses) em oposição a ELES (povos dos territórios conquistados pela França napoleônica). Assim, tanto do ponto de vista estético-material, quanto do mental e político-ideológico, a época de Napoleão I esteve imersa no passado antigo que as recentes descobertas em sítios arqueológicos faziam aflorar. Essa situação peculiar, longe de ser simplista, indica as relações intrincadas entre o passado antigo e a política moderna e, além disso, expressa o uso da nascente Arqueologia francesa com finalidades bem definidas e fundamentais na construção simbólica do poder napoleônico e da identidade francesa. (2006, p.76-77)

E, por fim, os estudos de Glaydson José Silva. Para além de livros sobre a temática, frutos de suas pesquisas de mestrado e doutorado, citamos, neste texto, o ensaio “A antiguidade romana e a (des)construção das identidades nacionais”, encontrado no livro *Identidades, discursos e poder: estudos de arqueologia contemporânea*, organizado por Funari, Orser Jr. e Schiavetto. Algumas de suas pesquisas se debruçaram na compreensão, de forma mais pontual, do uso que foi feito do passado pelos regimes totalitários, especialmente aquele da França de Vichy.

Este caso é extremamente interessante aos olhares do historiador, porque o que vemos é uma deturpação da história feita com vistas a justificar a posição da França sob o domínio alemão. Silva nos relembra que entre 1940-1944, o território francês estava sob domínio alemão, regido por um regime anti-republicano cooperador do nazismo e da perseguição e extermínio dos judeus. Nesta ocasião, para justificar seu apoio à Alemanha Nazista, o Estado francês fez uso da Arqueologia e da História para retomar (e reinterpretar) a História da conquista da Gália pelos romanos. A nova versão apresentada foi que a Gália não perdeu por ser subjugada pelos romanos, ao contrário, que foi beneficiada por fazer parte de um império tão superior. Afinal, a partir da união

desses dois povos teria nascido o “povo francês”. Silva expõe, então, que vemos neste ocorrido, uma ideologia política de fundo revisionista do passado, própria dos regimes ditatoriais.

O estudioso ainda afirma que, do mesmo modo que justificaram a dominação alemã, os franceses fizeram uso desse passado para legitimarem sua dominação perante os povos da África:

...pode-se citar o fato de a França ter se utilizado do discurso das ‘origens nacionais’ com o intuito de justificar a colonização francesa na África e na Ásia. Assim, como a vitória do império romano sobre a Gália foi uma ‘cruel necessidade’, que fez surgir a civilização galo-romana, de igual modo figura a presença francesa nestes continentes, ou seja, o domínio do certo sobre o errado, do desenvolvimento técnico sobre o atraso tecnológico, enfim, da civilização sobre a barbárie. (SILVA, 2005, *on line*)

Com esses exemplos, podemos finalizar esta primeira parte com uma assertiva de Dabdab Trabulsi: “A antiguidade ‘não é boa ou ruim por natureza’. Como toda herança, isso depende do uso que dela se faz.” (1998, p. 248).

Mas a Antiguidade não foi usada apenas com o objetivo de se definir identidades ou inventar tradições. Ela igualmente foi vítima de severas críticas, em seu campo religioso e/ou mitológico, portanto, em nosso entendimento, cultural, que desconsideravam seus contextos próprios em prol de uma *episteme* do século XIX.

Neste referido século, que não deixou de lado o estudo da política grega, mas, como dito, muito se questionou, também, a respeito da religião e, especialmente, da mitologia. A Grécia Antiga foi vista como uma grande potência governada por homens que acreditavam e transmitiam histórias absurdas, fantásticas ou, simplesmente, inaceitáveis aos olhares cristão e científico. Os intelectuais procuravam saber qual seria a origem dos mitos, o que estes realmente queriam dizer, qual seu verdadeiro sentido, buscando, no campo do imaginário, respostas concretas. Perguntavam-se, ainda, se os mitos seriam uma forma de linguagem infantil e/ou ingênua ou pura ignorância ou selvageria de uma civilização anterior à sua. Inúmeras foram as perguntas e variadas as respostas de acordo com a metodologia utilizada. Cremos que se tratou, não de um caso de "polissemia", mas de novas versões, foi - e ainda é - uma ocorrência de deslizamentos de sentidos².

² Deslizamentos de sentidos: termo emprestado da Análise de Discurso. Cf. ORLANDI, Interpretação.

Segundo Dabdab Trabulsi (1998), tomar a Antigüidade grega como objeto de estudo foi uma forma encontrada por especialistas franceses anti-clericais e, por extensão, anti-religiosos, para combater o Cristianismo que, cada vez mais, influenciava os estudos nas escolas secundárias e nas universidades, impedindo, em suas opiniões, o progresso do conhecimento³. Em seu livro, *Religion Grecque et Politique Française au XIXe siècle. Dionysos et Marianne*, ele buscou analisar os autores mais relevantes da produção historiográfica francesa do período oitocentista. Dentre estes, estavam os estudos de formuladores de linha de análise, representantes da erudição universitária, assim como vulgarizadores e polemistas. Alguns dos nomes citados foram: Fustel de Coulanges, Ernest Renan, Victor Duruy, Jules Girard, André Bremond, Paul Decharme e E. Gérúzez. Dabdab Trabulsi associando a maneira como a história da Antigüidade grega foi escrita ao contexto histórico da época (clima de oposição entre partidários do progresso social e da República, de um lado, e dos valores tradicionais na política e na religião, do outro), mostra que, mesmo tentando combater o Cristianismo, os estudos não valorizaram o politeísmo, e sim, reforçaram as suas "deficiências".

Segundo o autor (1998), três desses estudiosos, já em suas primeiras linhas, poderiam ser considerados reducionistas: Fustel de Coulanges que viu o culto doméstico e a família como pontos de origem de todas as religiões e instituições antigas; Renan, ao afirmar que a cultura dos antigos salvava a imoralidade de sua religião; e Bremond, que acreditava estar o paganismo corrompido pelos cultos aos deuses antropomorfos e escandalosos, sendo, portanto, uma religião nefasta, salvando do povo grego apenas a sua filosofia.

O que percebemos, então, na obra de Dabdab Trabulsi, é uma crítica ao uso do Comparatismo Filológico e Mitológico, da Arqueologia, da Antropologia, da historização das Ciências Humanas em geral, para contestar, pela relativização que elas ocasionaram, as explicações da visão histórica do Cristianismo. E nos elucida o estudioso, que estes métodos barbarizaram o Oriente, ocidentalizaram demasiadamente a Grécia, valorizaram a idéia de raça e a superioridade do homem branco, apesar do mundo grego antigo ser tomado como imoral, escandaloso, corrompido, libertino e superficial, entre outros atributos negativos (lembrando aqui, que aqueles estudos

³ Neste momento, a derrota contra a Prússia foi justificada pela superioridade científica e universitária do inimigo, ou seja, era preciso progredir intelectualmente.

voltados para a política, para a formulação de identidades viam de um modo diverso desse). Entretanto, o livro de Dabdab Trabulsi mostra que a História da Antigüidade e de sua religião, mesmo assim, participou da obra de laicização dos espíritos, ainda contribuiu para consolidar a República francesa.

Marcel Detienne, em seu livro *A Invenção da Mitologia* (1998), também dedicou-se, em boa parte, a falar sobre os estudos mitológicos no século XIX. Ele relembrou que, entre 1850 e 1890, a Europa foi tomada por cátedras de História das Religiões e Mitologia Comparada. De acordo com ele, duas escolas destacaram-se nos estudos da mitologia grega: a Escola da Mitologia Comparada e a Escola Antropológica. Embora divergentes na forma de interpretar os discursos míticos, ambas concordavam num ponto: a imprescindível necessidade de explicar uma linguagem tão insensata.

Friedrich Max Müller, representante máximo da Escola de Mitologia Comparada, analisado por Detienne, desdobrou-se no interior de uma Ciência da Linguagem, por acreditar que a única explicação possível só se daria no interior do sistema lingüístico. Para Müller, "...o discurso mítico era um produto inconsciente da linguagem, do qual o homem é sempre vítima, e nunca o produtor" (apud DETIENNE, 1989, p.39). Sua teoria encontrou eco na obra de Ernest Cassirer. Quando Max Müller analisou a questão da mudança de significado sofrida pelas palavras no decorrer do tempo, ou seja, quando as palavras perdem seu sentido primeiro, ganhando novas formas, começando a aparecer como personagens míticas, enfim, como nomes próprios, percebemos concordâncias com o que Cassirer expôs em seu livro *Linguagem e Mito* ⁽¹⁹⁷²⁾ que tinha como objetivo evidenciar os modos peculiares de configuração que se manifestam na relação linguagem-mito.

Max Müller e Cassirer concordavam que foi por meio da linguagem que o pensamento mítico desenvolveu-se e ganhou corpo. No entanto, Max Müller foi além. Para ele, a mitologia foi uma doença da linguagem ao mesmo tempo que uma necessidade inerente a ela. "Mais precisamente, a mitologia é a sombra obscura que a linguagem lança sobre o pensamento no momento de sua gênese" (apud DETIENNE, 1998, p.30). Não é de se espantar que essa foi a resposta encontrada para a mitologia neste momento em que o pensamento racional, concreto e objetivo se fazia presente. A

linguagem mitológica foi, assim, usada para se confirmar a superioridade da intelectualidade ou do grau de civilização do século XIX.

Ao falar da Escola de Mitologia Comparada, Vernant destacou alguns pontos:

...o caráter absurdo e incongruente do mito explica-se como uma espécie de desvio, de perversão metafórica no curso da linguagem, uma excrescência doentia aparecida em seu seio. Na sua essência, a mitologia é um discurso patológico que se introduz e se desenvolve na árvore da linguagem, cujo tronco se enraíza na experiência original dos grandes fenômenos cósmicos" (1999, p.193).

Quanto à Escola Antropológica Inglesa, cujos maiores representantes foram Andrew Lang e Edward Burnett Tylor, que tinha como objetivo mostrar que as raças inferiores possuem uma mitologia natural visou, *a priori*, apenas esclarecer a parte irracional desta mitologia. Mas esta escola não recorreu à Gramática Comparada. Por entender que o mito tem lugar na infância da humanidade, Tylor buscou as respostas nos selvagens africanos e americanos, porque acreditava que estes povos ainda estavam vivendo um período de criação mítica. Lang escreveu: "A dificuldade encontrada pela mitologia (como ciência) está em explicar... as histórias selvagens e absurdas sobre o início das coisas, dos homens,... e do mundo em geral; as aventuras infames e ridículas dos deuses; ...esclarecer as histórias repugnantes sobre o reino dos mortos..." (*apud* DETIENNE, 1998, p.16-17). Na Escola Antropológica, o mito vai deixando aos poucos de ser compreendido como doença da linguagem. Para explicá-lo, os antropólogos buscam o rito ao qual ele faz parte, em outras palavras, a prioridade é dada ao ritual. A respeito da Escola Antropológica Inglesa, Vernant escreveu:

As estranhezas mitológicas dos antigos não correspondem mais a um desvio das línguas, e sim, a um estágio na evolução social e intelectual da humanidade, uma etapa que todos os povos têm atravessado e onde se acham ainda fixados os que chamamos de arcaicos. Vestígio da selvageria e não mais 'doença da linguagem', o mito pode ser definido como um estado selvagem do pensamento. (1999, p. 193).

Tylor, assim pode ser identificado como um sectário da linha evolucionista, pois, esta, apresentou a tese de que a cultura humana havia se aprimorado de modo cumulativo. Assim, o homem do século XIX seria o produto final de inúmeras variações das faculdades mentais ocorridas através dos tempos. Os gregos, nesse sentido, faziam parte da infância da humanidade e seu politeísmo, era visto como o primeiro passo rumo ao monoteísmo.

Como pode ser observado apenas nestes poucos exemplos de estudos sobre a Antigüidade grega, o mito recebeu duas definições: ficção e absurdo. Ou ele foi tratado

como resto ou como totalidade, mas de qualquer forma, o resultado teve sempre o mesmo tom negativo: história e vocabulário escandalosos, imorais, grosseiros e abomináveis; povos dementes, inferiores e selvagens, com mentalidade infantil. Todos adjetivos contrários àqueles que se supunham possuir o homem oitocentista.

No final do século XIX e início do século XX, é a Escola Alemã de Filologia Histórica, também citada por Dabdab Trabulsi, Detienne e Vernant que se destacou. Seu objetivo era o de descobrir a origem de um mito por meio da Filologia e Cronografia. Seus questionamentos evidenciavam este objetivo: Quando, onde, de que modo o mito foi se constituindo? Que versões ganhou? Vernant (1999) fez críticas a esta escola considerando-a reducionista. Primeiro, porque sua análise era, basicamente, literária e, segundo, por entender o mito como um aglomerado de deuses reunidos pelo acaso.

Depois de analisar, em *Mito e Sociedade*, estas três escolas (Mitologia Comparada, Antropologia e Escola Filológica), Vernant apontou, a despeito das intensas diferenças teóricas e metodológicas destas linhas, alguns pontos em comum: 1) as pesquisas orientam-se para a descoberta da origem dos mitos (estágios iniciais da linguagem, da evolução social e cultural); 2) a idéia de que religião e mito caminham juntos ainda não está articulada; 3) o mito é tratado por redução; 4) os símbolos religiosos são compreendidos como metáforas; 5) os estudos da mitologia oscilam entre dois pólos: ou o pensamento mítico é considerado inferior ao nosso, ou aplicam-se a ele nossas categorias mentais (1999, cf. p.198-199).

Verificamos, assim, que há diferentes gestos de interpretação, diferentes usos do passado, o que corresponde às diferentes posições dos analistas em relação ao objeto. Estas posições podem ser rígidas, seguindo um único instrumento metodológico, ou podem estar abertas a um intercâmbio. Esta abertura a outros métodos pode caracterizar-se por meras influências ou por ponderosos diálogos. Lembramos, aqui, que qualquer uma destas atitudes é, por vezes, criticada e questionada.

Usos do passado. antigo. Eis então algumas das reflexões que este estudo pode gerar. Na atualidade, temos mais a miúdo em mente que

reformular o passado em função do presente via gestão de memórias significa, antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações...). Noção de que a memória torna poderoso(s) aquele(s) que a gere(m) e controla(m). (SEIXAS, 2001, p.42)

Finalizando, tomemos como guia a afirmação de David Lowenthal, presente em seu livro *The Past is a foreign country* (1985, p.412): “é muito melhor considerar que o passado sempre tem sido alterado do que pretender que sempre foi o mesmo...”. E as alterações são resultado, em parte, do uso dos vestígios materiais e das artes, por exemplo, como documentos importantes para a compreensão do contexto antigo. No entanto, nos atentemos para o fato de que os critérios analíticos proveitosos para os textos escritos, não podem e nem devem ser aproveitados às formas não-verbais de documentação. Mas consideram-se todas as fontes como discursos.

Referências Bibliográficas

CASSIRER, Ernest. *Linguagem e Mito*. Trad. J. Guinsburg e Miriam Schnaiderman. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

COLLINWOOD, R. G. *A Idéia de História*. Trad. Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

DABDAB TRABULSI, José Antônio. *Religion Grecque et Politique Française au XIXe siècle. Dionysos et Marianne*. Paris: L'Harmattan, 1998.

_____. “Liberdade, igualdade, Antigüidade: a Revolução Francesa e o Mundo Clássico”. In. *Phoênix*. Rio de Janeiro, 4: 1998, p. 205-255.

DETIENNE, Marcel. *A Invenção da Mitologia*. Tradução André Telles. 2.ed. – Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, Distrito Federal: UnB, 1998.

DUBY, Georges. “Un nominaliste bien tempéré”. In. *Dialogues*. Paris: Flammarion, 1980, p.37-66.

FUNARI, Pedro Paulo. “Considerações em torno das ‘Teses sobre filosofia da História’ de Walter Benjamin”. In. *Revista Crítica Marxista*, Unicamp - SP, Nº 3, 1996. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/3_PPFunari.pdf - Acesso em 23 dez 2010.

_____. *Antigüidade Clássica: A história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003.

HARTOG, François. *Le miroir d’Herodote. Essai sur la représentation de l’autre*, Paris, Gallimard, 1980.

HOBSBAWN, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

LOURAUX, Nicole. “A democracia, em confronto com o estrangeiro. In. CASSIN, Barbara; LOURAUX, Nicole; PESCHANSKI, Catherine. *Gregos, bárbaros, estrangeiros. A cidade e seus outros*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo, Editora 34, 1993.

LOWENTAL, David. *The Past is a foreign country*. Cambridge: CUP, 1985.
SAID, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. Coleção Companhia de Bolso. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In. BRESCIANI, Stella e Naxara, Márcia (org.) *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas : Editora da Unicamp, 2001, p. 37-58.

SILVA, Glaydson J. da. “A antiguidade romana e a desconstrução das identidades nacionais”. In. FUNARI, P. P. A.; ORSER Jr, C. E . e SCHIAVETTO, S. N. de (Orgs.) *Identidades, discursos e poder: estudos de arqueologia contemporânea*. São Paulo. Annablume; Fapesp. 2005, p.93-95

_____. “O mundo antigo visto por lentes contemporâneas”. In. *História*. São Paulo, v.26, n.1, 2007, p.98-118.

STOIANI, Raquel e GARRAFONI, Renata Senna. Escavar o passado, (re)construir o presente: os usos simbólicos da Antiguidade clássica por Napoleão Bonaparte. In. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Campinas: Editora do IFCH - UNICAMP, n.6, dez 2006, p. 69-82.

VERNANT, Jea-Pierre. *Mito e Sociedade na Grécia Antiga*. Trad. Myriam Campello. RJ: José Olympio, 1999.